



Rádio Comunitária para quem? Alguns elementos para desvendar o conceito de Comunidade da RadCom no Brasil ¹

Bruno Silva dos Santos²

Universidade Federal de Alagoas

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado

Resumo

Neste trabalho, empreendemos uma investigação acerca da formação da Rádio Comunitária no Brasil com o objetivo de responder a um questionamento central: Rádio Comunitária para quem? Nesse sentido, refizemos um pouco do histórico do Movimento de Radiodifusão Comunitária no país, para, logo em seguida, procuramos apreender elementos que possibilitem desvendar o conceito de Comunidade inscrito na RadCom. Finalmente, tomamos como fundamento a categoria marxiana Reprodução Social para uma análise concreta da realidade social.

Palavras-chave

Rádio Comunitária, Comunidade; Reprodução Social;

O fenômeno da proliferação das Rádios Comunitárias no Brasil instiga e ao mesmo tempo coloca dúvidas quanto a esse movimento essencialmente ligado à comunicação da classe trabalhadora no país. Permeada por contradições inerentes a sociedade capitalista, as RadComs trazem no conceito de Comunidade a concepção ideológica que tentam moldar as potencialidades desse meio de comunicação popular.

Diante disso, emergem um questionamento central: Rádio Comunitária para quem? Portanto, indagamo-nos sobre a funcionalidade destas emissoras para o Estado, o capital e o próprio sistema capitalista.

Para tanto, empreendemos uma investigação acerca da formação da Rádio Comunitária no Brasil. Nesse sentido, refizemos um pouco do histórico do Movimento de Radiodifusão Comunitária no país, para, logo em seguida, procuramos apreender elementos que possibilitem desvendar o conceito de Comunidade inscrito na RadCom, a partir de contribuições do Serviço Social brasileiro. Finalmente, tomamos como fundamento a categoria marxiana Reprodução Social para uma análise concreta da realidade social.

¹ Trabalho apresentado ao TLC - Seminário de Temas Livres em Comunicação, no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM 2006.

² Jornalista com especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFAL, onde desenvolve uma investigação sobre o Movimento de Rádios Comunitárias de Maceió, sob a orientação do prof.º Dr. José Nascimento de França. (e-mail: bruno.mcz@hotmail.com)

As contradições na comunicação da classe trabalhadora

Historicamente o rádio passou a ser o meio de comunicação da classe trabalhadora, especialmente nas camadas assalariadas mais baixas. O que impulsionou este fato foi que este veículo de comunicação possui baixo custo tanto na produção quanto no consumo, se comparados a outros, como a televisão e o cinema. Essas características fizeram do rádio um meio popular de comunicação.

O rádio surgiu no Brasil na década de 20 do século passado como meio de comunicação da elite. Era bem distante do que acontece hoje, pois no início era inacessível para as massas, dirigindo-se a quem tivesse poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, na época muito caros.

A partir da década de 30 do século passado, a passagem de meio cultural para o comercial muda a linha seguida pelas emissoras radiofônicas. “A introdução de mensagens comerciais transfigura imediatamente o rádio: o que era “erudito”, “educativo”, “cultural” passa a transforma-se em “popular”, voltado ao lazer e a diversão.” (ORTRIWANO: 1985,15)

As emissoras que conhecemos hoje como Rádio Comunitária tiveram sua origem no movimento de Rádios Livres, iniciado no Brasil nas décadas de 70 e 80 do século passado. Estas emissoras surgiram primeiramente na Europa e depois espalham-se pelo mundo.

Elas emergiram pelo simples propósito de fazer comunicação ou vinculadas ao movimento de bairros populares, na busca pelo direito de expressão destas camadas da população e pela melhoria na assistência de políticas públicas, operando sem a concessão pública de um canal. Acontecia que um membro da comunidade tomava conhecimento do funcionamento de um rádio em algum bairro e da penetração que este meio conseguia e assim, logo, nascia mais uma emissora.

Essas emissoras experimentaram um expressivo crescimento desde a década de 1970 no Brasil. A montagem de um estúdio livre de radiodifusão instigava novas iniciativas. Porém, o fenômeno das rádios no país somente começou a ganhar impulso nos anos 80, com a divulgação da notícia sobre o crescente número de “rádios piratas” em Sorocaba, interior do estado de São Paulo. Segundo estimativas do Movimento de Radiodifusão Comunitária, estiveram em funcionamento nesta cidade 42 emissoras clandestinas de FM no verão de 1982.

No final da década de 80 e início dos anos 90, o processo foi impulsionado, sobretudo, com a criação em julho de 1991 em Brasília do Fórum Nacional pela

Democratização das Comunicações (FNDC), entidade que congrega ainda hoje diversas instituições e movimentos sociais em torno da democratização do acesso aos meios de comunicação. Sua principal luta focava-se no fim do monopólio dos meios de comunicação, já que, segundo dados do FNDC, um pequeno grupo formado por algumas poucas famílias burguesas controlava aproximadamente 90% (noventa por cento) da comunicação no país, incluindo emissoras de rádio, canais de televisão, entre outros veículos.

Para o Movimento pela Democratização da Comunicação, eram as Rádios Livres expressões efetivas da democratização das ondas do rádio. Neste período é fundada a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO), reunindo diversas emissoras de RadCom de todo o país em torno da proposta de democratização das ondas do rádio. Na época de sua criação, tais emissoras eram tidas pelo Estado Brasileiro como ilegais, chamadas também de piratas, pois ainda não existia legislação que as regulamentasse e a criação de entidades populares ligadas à comunicação popular agudiza o antagonismo e a luta de classes. (FENAJ: 2005)

De acordo com Peruzzo, o termo rádio comunitária, somente foi incorporado pelo Movimento dessas emissoras em novembro de 1995. Isso ocorreu no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias realizado na cidade de São Paulo, no qual foram definidas como características dessas emissoras o desenvolvimento de uma gestão pública e a atuação sem fins lucrativos e com uma programação plural. (PERUZZO: 1998, 252).

No espaço institucional do Congresso Nacional, ocorreu o embate entre as posições representadas por parlamentares vinculados aos setores como os empresários da comunicação, por meio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), e aqueles vinculados aos movimentos populares dos trabalhadores que integravam o movimento pela democratização da comunicação.

Depois de intenso confronto de interesses, é aprovada, em 1998 a Lei N.º 9.612. A Lei conceitua Rádio Comunitária como um serviço de radiodifusão sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Tem como finalidades dar oportunidade à difusão de idéias, elementos culturais, tradições e hábitos sociais da comunidade, integração comunitária, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social, prestar serviços de utilidade pública, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, entre outras.



No entanto, a Lei Nº 9.612 não atendeu todos os anseios do FNDC e da ABRAÇO, mas veio ocupar uma brecha na legislação, ao passo que foi reconhecida perante o Estado brasileiro a existência destas emissoras e, conseqüentemente, a demanda da classe trabalhadora brasileira por instrumentos populares de comunicação.

Segunda a Lei, as RadComs têm a finalidade de atender a comunidades determinadas, com vistas a lhes possibilitar um canal de expressão de suas opiniões, reclamações, valores e problemas, apontando como outros objetivos a institucionalização de mecanismos ao exercício da cidadania, estímulo à sociabilidade local e comunitária. Contudo, a realidade concreta das RadCom é permeada por contradições.

Conforme o Relatório Final do Projeto de Pesquisa *Rádio Comunitária e Pedido de Outorga de Canal Comunitário Vinculado à Universidade Federal de Alagoas (2000)*, as emissoras de rádio comunitária da região compreendida como grande Maceió (Maceió, Rio Largo, Paripueira e Barra de Santo Antônio) possuem uma dualidade. São um misto de conformismo com o sistema capitalista, quando reproduzem a cultura e a comunicação de massa com entretenimento sem compromisso com uma comunicação emancipadora e fazem parte do jogo político-partidário, e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência à dominação total de suas vozes, ao passo que tentam direcionar sua atuação para questões ligadas as lutas da comunidade, como por exemplo o atendimento a serviços públicos.

A investigação acima também detectou entre seis solicitações de canal de rádio comunitária ao Ministério das Comunicações a existência de cinco entidades explicitamente vinculadas a partidos políticos. Dentre estas, estão as duas únicas emissoras de Rádio Comunitárias de Maceió que estão nos dias atuais autorizadas a exercer o serviço de radiodifusão comunitária, de acordo com informações do Sistema de Concessão de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. (Ministério das Comunicações: www.mc.gov.br)

São elas a Rádio Comunitária A Voz do Bebedouro, mantida pela Associação Comunitária A Voz do Bebedouro. Já a segunda emissora é a Rádio Comunitária da Serraria, mantida pela Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Santa Ana.

Essas são algumas das contradições que podemos identificar nestas emissoras. Ao tentarem copiar modelos da comunicação dominante trazem consigo também elementos da ideologia da classe dominante, o que vem limitando essas experiências de comunicação da classe trabalhadora. A partir dessas análises, não queremos

desqualificar as iniciativas de comunicação do Trabalho, mas sim apontar limitações e potencialidade que possam enriquecer esses meios de comunicação popular.

O conceito de Comunidade inscrito na Rádio Comunitária no Brasil

Para que possamos delimitar a funcionalidade da Rádio Comunitária na sociedade capitalista brasileira, também nos parecem importante recorrer a literatura do Serviço Social para compreendermos algumas determinações ideológicas que agem sobre o conceito de Comunidade inscrito na legislação de Rádios Comunitárias e presente no Movimento de Rádios Comunitárias tanto local quanto nacional, de acordo com seus documentos³. Faremos isso objetivando desvelar o significado deste termo agora encoberto pelo idealismo de se fazer radiodifusão comunitária.

Assim está definido o conceito de RadCom no Código de Ética das Rádios Comunitária da ABRAÇO Nacional:

[...] 4. As entidades emissoras de radiodifusão comunitária devem pertencer à entidade de caráter cultural e comunitário, sem fins lucrativos, constituídas, prioritária e preponderantemente, por organizações e movimentos formais e não-formais sendo controladas por conselhos comunitários em que diversos setores da comunidade estejam representados. (ABRAÇO – Nacional www.abraconet.com.br)

O Código descreve em seu conteúdo uma série de outras características a serem cumpridas pelas emissoras que assumem o papel de Rádio Comunitária como o compromisso de apoiar e difundir a produção cultural das comunidades em que estão inscritas ou de manter uma grade de programação variada, onde esteja garantido o debate das idéias, e o acesso das entidades, movimentos e pessoas da comunidade, para apresentarem reivindicações, sugestões, denúncias de violações de direitos e posicionamentos. (op.cit.)

O Estatuto da ABRAÇO Nacional ressalta que a principal característica destas entidade de caráter comunitário deve ser sua atuação sem fins lucrativos. Esta característica aparece repetida diversas vezes no documento, porém a definição de Rádio Comunitária não está exposta de forma direta.

³ Os principais documentos dos Movimentos Nacional e Local de Rádios Comunitárias que esboçam esse conceito são o estatuto da ABRAÇO Nacional e o mesmo documento da ABRAÇO – Alagoas. Porém, é no Código de Ética das Rádios Comunitárias da entidade que está exposto mais claramente.

Da mesma forma, a legislação de Radiodifusão Comunitária inúmeras vezes expressa a categoria Comunidade. Vejamos o exemplo a seguir, quando a Lei N.º 9.612/98 fala a respeito da cobertura restrita imposta pela legislação:

“§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ ou vila.” (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES: LEI N.º 9.612/98)

Logo, entendemos que o Serviço Social pode nos dar subsídios para a apreensão do conceito de Comunidade. Para isso, travaremos um debate entre três produções teóricas que versam sobre o tema em questão, dentro da produção do Serviço Social a cerca do Desenvolvimento de Comunidade⁴, a saber, a Dr.^a Ana Cristina Arcoverde⁵, Pós-Dr.^a Safira Bezerra Ammann⁶ e a Dr.^a Mariangela Belfiore Wanderley⁷. Privilegiamos as colocações da primeira por entendê-las como mais próximas aos objetivos desta investigação.

De forma geral, muito se tem atribuído ao conceito de comunidade, especialmente no período em que estas eram o foco das políticas públicas durante o regime ditatorial burguês-militar experimentado pelo Brasil após o golpe de Estado de 1964. Os desencontros quanto ao uma conceituação clara instigaram diversos pesquisadores a desvendar o significado real desta categoria como forma de entender as políticas desenvolvidas e apreender as múltiplas determinações da aplicação do conceito em voga. Salientamos que as autoras anteriormente citadas representam parte deste movimento.

Arcoverde (1985) nos aponta algumas dificuldades por ela encontradas quando no início de seu trabalho de delimitação para conteúdo do conceito de Comunidade. Segundo ela, as limitações teóricas relacionadas à delimitação das comunidades e as limitações práticas na formação de objetivos e forma de ação frente à realidade social representam os principais obstáculos identificados em sua investigação. (ARCOVERDE: 1985, 136)

⁴ O objeto Desenvolvimento de Comunidades, tal qual é descrito na literatura, esteve presente na produção teórica e a prática do Serviço Social brasileiro desde que os Assistentes Sociais foram chamados pelos Organismos Internacionais, a exemplo da ONU e da OEA, a desempenhar o trabalho técnico de divulgar e impulsionar esses programas no continente americano, conforme aponta Ammann (1991). Assim, o Serviço Social brasileiro possui uma vasta gama de publicações que poderão clarificar o conhecimento do leitor sobre o objeto em questão.

⁵ Ana Maria Arcoverde é Doutora em Sociologia e professora da graduação e Pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Tem uma extensa produção técnico-científica nas áreas de Comunidades e Movimentos Sociais.

⁶ Safira Bezerra Ammann é Pós-Doutora e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui formação e produção técnico-científica na área de Movimentos Sociais Populares e Desenvolvimento de Comunidades.

⁷ Mariangela Belfiore Wanderley é Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora na mesma universidade.

O ponto de partida da investigação deu-se a partir das incoerências refletidas na prática. A autora identifica tanto no Serviço Social quanto na realidade social o que ela considera uma crítica insuficiência aos elementos articuladores do conceito de comunidade. Ela também aponta a diversidade de conotações e a quebra entre o conceito adotado pelo Serviço Social e o discurso teórico-metodológico do trabalho social. Assim, há a prática desconecta da produção teórica. (ARCOVERDE: 1985, 137)

Mais a frente a autora questiona, baseada na empreitada de se refletir o conceito de comunidade, o próprio processo de construção do conhecimento do Serviço Social. Em suas questões a autora coloca a ambigüidade como marca da teorização do Serviço Social, identificado por sua inconsistência e apoio em representações comuns. Sua tese aqui é que a reflexão desta área do conhecimento não reflete a realidade, seja do ponto de vista histórico e/ ou lógico. E isso se aplicada à definição em questão.

Arcoverde (1985) demonstra que o pensamento sobre comunidade experimentou inicialmente em alguns momentos uma perspectiva que se contrapunha à sociedade, numa perspectiva de estrutura, distinguidas pela presença de certas relações sociais. As relações de família, vicinais e de convivência comunitária eram desenvolvidas pelo senso de pertencer à comunidade.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, com as distribuições populacionais afastadas dos locais de trabalho, o progresso técnico-científico dos meios de comunicação, dentre outros fatores, a organização social passou a ser interpretada a partir de interesses e necessidades das pessoas diante dos novos agrupamentos sociais. Partindo daí, passou-se para uma interpretação a partir de uma perspectiva de processo, compreendida pelo modo como os seres humanos interagem.

Esta perspectiva vem baseada na idéia de interação e união de todos, onde o processo de socialização e seu caráter psicológico realimentam a coesão e homogeneidade. O entendimento que se tinha era da comunidade vista como área geográfica. “A comunidade local é vista como o nexo de interação funcional. Desenvolve-se, então, a comunidade funcional, destinada a exercer o controle social.” (ARCOVERDE: 1985, 140)

Com o crescimento urbano na sociedade capitalista avançada surge uma nova organização a partir de grupos de interesses diferentes, contrapondo-se à homogeneidade característica do pensamento anterior. Surge a separação entre o espaço urbano e o rural com relações sociais com características marcantes bem distintas.

Neste período, destacam-se as colocações da chamada Escola de Chicago⁸. Estes pesquisadores identificaram núcleos populacionais com características bastante homogêneas semelhantes às relações primárias. A partir daí eles passaram a teorizar sobre estas populações conceituando-as como comunidade. Surge neste momento o mito da comunidade com a valorização da vida comunitária urbana. “Enfatizava-se, assim, a integração, resultante da área geográfica comum, proximidade espacial, laços de vizinhança, homogeneidade cultural e identidade de interesses.” (ARCOVERDE: 1985,140)

Este conceito tornou-se base para o planejamento e execução de programas comunitários estatais para populações de baixa renda. Partia-se de uma realidade homogênea, desprovida de conflitualidade e baseadas em interesses integralistas. O papel das políticas públicas era acentuar esse viés padronizante de ser social em benefício desta visão, desconsiderando a concretude da realidade social. Entretanto Arcoverde (1985) rebate esta perspectiva anticlassista:

Na realidade social, a convivência dos indivíduos ocorre em meio a um complexo sistema de relações sociais (de produção, político-jurídicas, ideológicas) geradas e articuladas pelo modo de produção e em função de necessidades. Todavia, é fundamental a *relação de posse* dos meios de produção na origem da divisão de classes e, conseqüentemente, no estabelecimento de uma subordinação estrutural do trabalho ao capital. As classes geradas e articuladas por essa propriedade privada são antagônicas, embora formem um só conjunto – o todo orgânico da sociedade. Se apóiam e se reproduzem em conjunto, não podendo ser pensadas isoladamente. (ARCOVERDE, 1985, 142)

Wanderley (1993:75) levanta apontamentos interessantes sobre a concepção de comunidade instalada nos programas governamentais de Desenvolvimento de Comunidades próprios da vertente Modernizadora do Serviço Social nos anos 1970. Ao empreender uma pesquisa sobre a produção do Serviço Social brasileiro a respeito do desenvolvimento de comunidades, a autora identifica três veios analíticos que percorrem a história da profissão no país, do movimento de comunidades e da conjuntura nacional. A que caracteriza os programas governamentais acima traz como matriz de pensamento o estrutural-funcionalismo da sociologia americana. A palavra-chave deste veio é integração.

É daí que pretendemos apontar o sentido de comunidade colocado no termo rádio comunitária. O viés integracionista é a base desta conceituação. Semelhante ao

⁸ A Escola de Chicago é um conjunto de teorias sociológicas cujo principal tema são os grandes centros urbanos e que se desenvolveu na cidade Norte-americana de Chicago.

uso do termo nos programas governamentais, é exposto aqui o sentido de envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento contemplado na época.

“Na realização de suas tarefas, o desenvolvimento de comunidades valia-se de duas categorias básicas, tidas como diretrizes da ação. Eram elas a participação comunitária, conforme já mencionamos e a mudança planejada.” (WANDERLEY: 1993, 79)

Os outros veios apontados pela autora acima são a Ação Comunitária, no qual o Serviço Social recorre à fenomenologia, conceituado por Netto (1991) no Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro como Reatualização do Conservadorismo, e a terceira trata da aproximação do conceito de Comunidade à tradição marxista, representado na tese do Movimento de Renovação pela Intenção de Ruptura.

Ainda sobre a compreensão por parte do Serviço Social do conceito de comunidade, Arcoverde (1985) aponta duas tendências epistemológicas no plano da literatura empreendidas no arcabouço teórico-metodológico desta área profissional e que, para efeito deste trabalho, nos parecem bem esclarecedoras.

Uma primeira tendência determina o conceito de Comunidade como questão antropológica e sistema social com uma nítida orientação funcionalista e empirista calcada na noção de estrutura.

A segunda concepção parte de Comunidade como ação coletiva com base numa orientação histórico-estrutural. Para esta visão, a sociedade é uma totalidade contraditória e defende a emergência de uma consciência social como potencial negador e impulsionador da transformação social.

Apropriando-se do caminho seguido por esse debate na obra de Arcoverde (1985), chegamos a um ponto da discussão sobre o conceito de Comunidade que vem brindar aos questionamentos deste trabalho. Pelo trajeto trilhado até aqui, sentimo-nos autorizados a expor o que este estudo apreende sobre a concretude da comunidade a que se refere o termo na nomenclatura Rádio Comunitária, como pressuposto para uma qualificação inicial sobre a funcionalidade das RadCom na sociedade capitalista brasileira.

Claramente, salta a esta análise o viés estruturalista, que restringe a noção do coletivo expresso no termo. Fazendo-se desconhecer das contraditoriedades que marcam a realidade social das relações entre os seres sociais, a intenção final que fica na lei é a da estruturação de um grupo populacional em torno de uma limitação simplesmente

geográfica. Ali esses serem sociais devem produzir e se reproduzir socialmente, material e espiritualmente.

O limite da realização fica restrito ao limite de existência do conceito de comunidade embutido na lei que regula a radiodifusão comunitária no Brasil. Portanto, a visão de comunidade, pelo que visualizamos nas linhas desta lei, não rompeu com a visão sistêmica dos agrupamentos sociais típicos dos últimos cinquenta anos.

Vemos na legislação e na prática do Estado brasileiro algo semelhante ao que é identificado por Ammann (1991), quando de sua investigação a cerca da gênese e posterior super valorização dos programas governamentais de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, especialmente pós-golpe militar de 1964. Para a autora, estes programas, a exemplo dos projetos de mutirão para construção de habitações populares, servem como meio de forjar uma falsa participação da classe trabalhadora, ao passo que “contribuem para a exploração da força de trabalho, tanto se vinculando diretamente ao momento do processo produtivo, quanto indiretamente, ao âmbito da vida familiar.” (AMMANN: 1991, 197) Neste caso, o processo de produção espiritual, que similar a produção material, participa da validação da sociabilidade burguesa.

O que a política de comunicação comunitária do Estado Capitalista brasileiro faz é tão somente forjar uma pseudo-sensação de participação da classe trabalhadora na produção de informações e meios de comunicação. Similar ao que é identificado na obra de Ammann (1991) na esfera da reprodução do trabalho, as políticas de comunicação comunitária estatais servem como elemento de elevação da exploração da classe que somente tem a força de trabalho.

Afinal, Rádio Comunitária para que m?

As rádios comunitárias são políticas públicas para este fim: reprodução da sociedade capitalista material e espiritualmente. A reprodução material dá-se no ato de reprodução da força de trabalho, ao identificar as carências básicas, por meio da livre expressão defendida nestas emissoras, e da articulação do Estado em responder a estas demandas. Isto ocorre tão somente com o princípio de reproduzir o trabalhador em suas carências básicas com vistas à obtenção de força de trabalho integrada o mais fácil possível ao sistema de exploração para reprodução do capital.

Já a reprodução espiritual da sociedade capitalista, nos termos marxianos, acontece na programação, na forma de organização e também na atuação da comunidade dentro

dessas emissoras. Semelhante a um processo de mutirão, a própria comunidade participa do processo de montagem da emissora e de produção de informação.

Mas estes não percebem que a comunicação que produzem está sendo parte desse processo de dominação da sociedade do capital sobre o trabalho. Mas como isso se dá? A produção espiritual da sociedade capitalista é a reprodução da ideologia dominante. Ao passo que reproduzimos essa ideologia, reproduzimos a dominação social.

Marx e Engels (1991) em *A Ideologia Alemã* nos mostram como a classe que possui a força material dominante na sociedade é ao mesmo tempo também a sua força espiritual. Eles declaram que ao mesmo tempo em que estas classes têm os meios de produção materiais, também estão em suas mãos os meios de produção espirituais, ou seja eles dominam como pensadores, como produtores de idéias, regulando e distribuindo as idéias de seu tempo. Assim, dominam como classe e determinam todo o direcionamento de uma dada época histórica.

Dessa forma, um aparelho que significou um avanço extraordinário na história da comunicação ocupa hoje, junto com outros meios de comunicação eletrônica, o papel de dissuadir o homem que vive da venda da sua força de trabalho de que esta exploração pode tomar um direcionamento menos intenso, onde o Estado Capitalista atenda a suas demandas através de reformas sociais para superação, ou até a humanização da sociabilidade burguesa. Ou até mesmo um discurso de que a exploração do capital pelo trabalho não exista, sendo algo naturalizado: muitos vendem sua força de trabalho para alguns conseguirem lucro e a reprodução de seu capital.

Se um membro de alguma comunidade pretende expressar-se diante de algum problema situado na esfera de sua reprodução social, a falta de uma refeição para o dia de amanhã, por exemplo, e não consegue um espaço na rádio comercial da qual é ouvinte toda a manhã, ele procura a rádio comunitária mais próxima. Isto caso ele não conseguir ser incorporado à programação de alguma emissora comercial que sinta nesse fato uma notícia interessante para levantar sua audiência.

Em síntese, é para aqueles membros da classe trabalhadora que procuram elevar o espaço da reprodução social que se direcionam as rádios comunitárias. Reprodução social entendida nos termos de Marx. Esta categoria marxiana – Reprodução – está exposta no capítulo XXI – Reprodução Simples - de *O Capital*. Neste capítulo, Marx (1997) reconstrói a produção capitalista como um processo em permanente conexão e constante fluxo de renovação, percorrendo sempre as mesmas fases. Para o autor, “as condições de produção são ao mesmo tempo as condições de reprodução. Nenhuma

sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção.” (MARX: 1997, 199)

Quando falamos na dimensão social da produção capitalista, a reprodução social reponta na necessidade imprescindível da classe capitalista de manutenção do consumo individual do trabalhador. Marx (op.cit:204) caracteriza o consumo individual como aquele no qual o trabalhador utiliza o dinheiro pago pela sua força de trabalho em meios de subsistência. Nessa perspectiva, fica mais clara a conexão e o fluxo permanente desta categoria para o entendimento das determinações estruturais que dão funcionalidade as Rádios Comunitárias.

“A constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora permanece a condição constante para a reprodução do capital. O capitalista pode deixar tranqüilamente o impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores. Ele apenas cuida de manter o consumo individual deles o mais possível nos limites do necessário (...)” (MARX: 1997, 205)

Assim, a pergunta inicial deste trabalho – Rádio Comunitária para quem? – dever ser convertida em: Rádio Comunitária para que? O espaço ocupado pelas emissoras de RadCom na sociedade capitalista brasileira, na forma e no conteúdo em que se apresentam, está montado nas realizações mínimas das necessidades individuais de cada trabalhador. Para o capital, não importa a qualidade de vida experimentada pela força de trabalho que ele dispõe. Ora, o que é objeto de seus esforços é a reprodução do capital, sendo a reprodução do trabalho mero plano secundário.

Posto isso, configura-se como objeto desta reflexão um esforço para construir mediação entre as tarefas necessárias à classe trabalhadora de supressão da exploração do capital e o aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação, superando as limitações do Estado Capitalista e das políticas públicas burguesas e avançando na construção de outra sociabilidade justa do ponto de vista dos seres sociais que vivem do trabalho.

Sendo assim, estas emissoras tentam ultrapassar os interesses do capital na sociedade contemporânea, mas não vêem que estão envolvidas pelo interesse de reprodução do capital, pois a reprodução do trabalhador, enquanto mera força de trabalho para o capital, é funcional ao sistema. O contrário seria atender a sua reprodução social pelas necessidades do trabalho em si, do trabalho emancipado.



Assim, as RadCom são instrumentalizadas pela sociedade capitalista e, a partir de sua realidade concreta atual, não conseguem formular uma comunicação da classe trabalhadora, no sentido de ser anti-capitalista, pois nascem, desde a formulação da política pública, como mais uma iniciativa do Estado para incitar uma falácia da participação. Participação esta que nunca virá autenticamente, não desta forma e nem dentro dos limites da sociedade capitalista.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias. *Código de Ética das Rádios Comunitárias*. www.fndc.org.br. 2006.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Estatuto Social da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – ABRAÇO Nacional. www.fndc.org.br. 2006.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *O Coletivo Ilusório: uma reflexão sobre O conceito de comunidade*. Recife: Universitária: 1985.

BRASIL, Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, *Legislação de Radiodifusão Comunitária, Lei N.º 9.612 de 1998*: Brasília, 2005. www.mc.gov.br/rc/lei.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. *Proposta de atualização do Histórico do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*. 2005

ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã* São Paulo: Hucite, 1991.

_____. *A Questão Judaica*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991b.

KARL, Marx. *O Capital*. Volume I, Tomo I e II. Nova Cultural: São Paulo, 1997.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo. Ed. Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

ORTRIWANO, Gisela Stwetlana. *A Informação no Rádio: Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos*. São Paulo: Sumus, 1985.

PERUZZO, Cecília Kholing. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANTOS, Bruno Silva. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa Rádio Comunitária e Pedido de Outorga de Canal Comunitário Vinculado à Universidade Federal de Alagoas*. Maceió: UFAL, 1999.

_____. *Quando a sociedade Democratiza a Comunicação em Alagoas: Grande Reportagem*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo). Maceió: UFAL, 2002.

_____. *Controle Social de Políticas Públicas e Rádio Comunitária*. 60f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas) Maceió: UFAL, 2005.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfose do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo: Cortez, 1993.